

CONVENTOS EM TEMPOS DE CRISE

O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA DE LISBOA. QUATRO DESENHOS DE PROJECTO DE JOSÉ JOAQUIM LUDOVICE

MIGUEL SOROMENHO

Direcção-Geral do Património Cultural. Museu Nacional de Arte Antiga

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
Universidade Nova de Lisboa

Intróito

Dois dias depois do incêndio do Chiado, em 25 de Agosto de 1988, o meu Avô, Eduardo Nepomuceno Mimoso, nos seus primaveris 99 anos, entregou-me estes desenhos para que deles desse notícia, por entender serem um elemento de informação único para ajudar à interpretação dos escombros dos Grandes Armazéns do Chiado. Era neto do Arq.º José Maria Nepomuceno, a cuja biblioteca pertenciam. Desconhece-se a quem pertenceram anteriormente.

Os desenhos estiveram nas mãos do Presidente da Câmara de Lisboa, Eng.º Nuno Kruz Abecassis (e nas do seu sucessor, Dr. Jorge Sampaio), a quem foram oferecidas cópias fotográficas para o efeito acima referido. Posteriormente, o Eng.º Abecassis entregou-as ao Arq.º Álvaro Siza Vieira, quando este assumiu a responsabilidade projectual sobre a zona sinistrada.

ALEXANDRE BRAZ MIMOSO

Da larga prole do arquitecto-mor João Frederico Ludovice (1673-1752) ficou sólida memória do primogénito, João Pedro (1701-1760), que, entre os arquitectos da sua geração, parecia ser o que tinha «melhor tino», de acordo com o juízo inclemente de Jacome Ratton, lavrado nas suas minuciosas *Recordações* dos anos de 1747 a 1810¹. Do benjamim, José Joaquim (1731-1803), as notícias são mais esparsas. Cyrilo Volkmar Machado, em lembrança retomada mais tarde pelo infatigável Sousa Viterbo,

Arbitragem Científica Peer Review

Maria Helena Barreiros

CICH

Universidade Autónoma de Lisboa

Francisco Barata

Faculdade de Arquitectura

Universidade do Porto

Data de Submissão

Submission date

Mar. 2015

Data de Aceitação

Approval date

Set. 2015

¹ *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.ª ed, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 228.

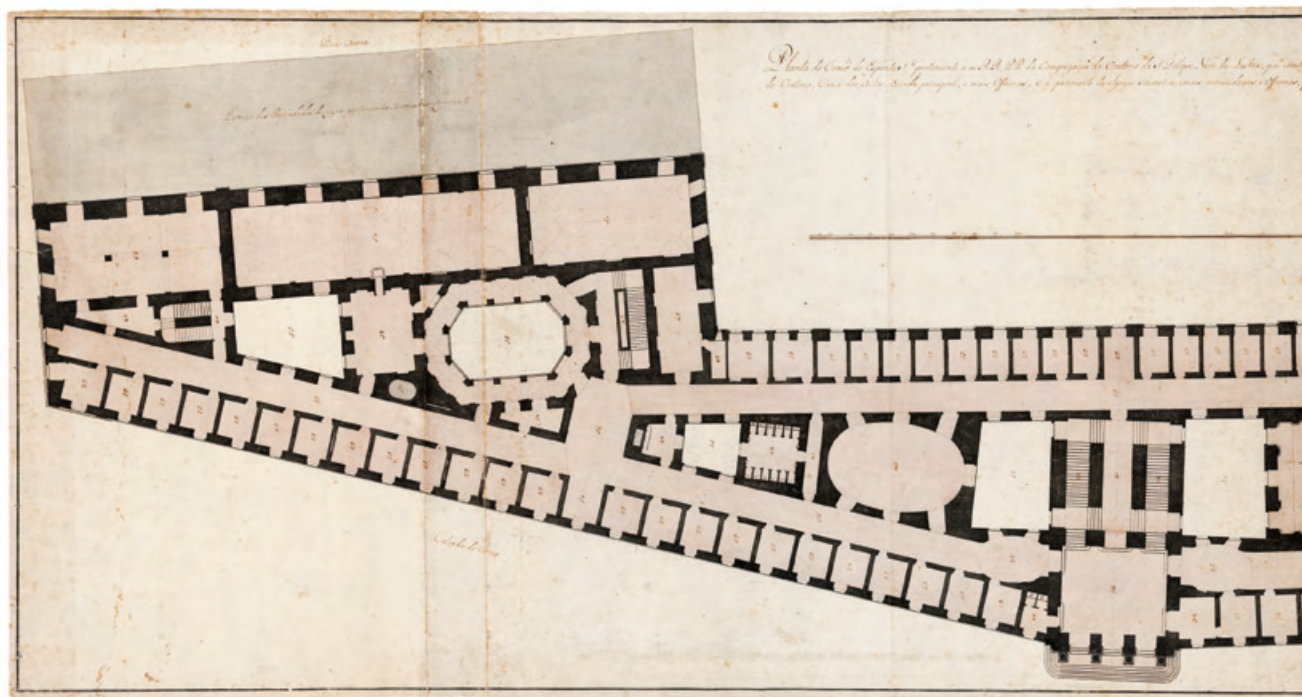


Fig. 1 – Planta

1.ª linha

Planta do Conv.to do Espírito S.to pertencente aos R.R.P.P. da Congregação do Oratorio de S. Felipe Nere de Lisboa, que comtem [a partir deste ponto a planta foi cortada]

2.ª linha

do Oratorio, Casa dos Actos, Escada principal, e mais officinas, e o pavimento da Igreja sacristia, e mais acomodações, e officinas, p [a partir deste ponto a planta foi cortada]

495 mm x 945 mm

© Luísa Oliveira

² Machado. 1823. 177 e 178. Sousa Viterbo. [1988]. Vol. II: 102. Em Cyrilo colhem a mesma informação: Carvalho. 1979. 163; e Teixeira. 2012. 417.

³ Mercê do Hábito com 12 mil réis de tença por decreto de 7 de Dezembro. Algumas dúvidas sobre brevidas no ano seguinte foram entretanto resolvidas (ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra J, Maço 5, n.º 23).

atribui-lhe o risco do renovado convento lisboeta do Espírito Santo da Pedreira, depois de arrasado pelo terramoto de 1755, e dá-o também como mestre de António Francisco Rosa, futuro responsável pela empreitada do Palácio da Ajuda, que com ele estudara «as regras e preceitos da Architectura»; mas é provável que para este filho mais novo de João Frederico Ludovice fosse actividade marginal, pois outros ecos da sua habilidade nesta área continuam por confirmar². O próprio Cyrilo tem uma ideia vaga da personagem; fala de um filho de João Pedro Ludovice, homónimo, tido como Escrivão da Câmara do Desembargo do Paço, mas que deve ser este mesmo José Joaquim, uma vez que o primogénito do arquitecto-mor só teve uma filha, Ana Rosa (Machado, 1823, 177-178).

Outras evidências sobre as prestações artísticas de José Joaquim são na verdade escassas e não foram até agora suportadas com base documental: são-lhe atribuídos o desenho de uma casa nobre da Travessa da Espera e de «outros edifícios pom-balinos», e ainda alguns riscos para o Alentejo e para o Algarve. Quando morreu, nas Caldas da Rainha, em 1803, estaria ali a trabalhar como arquitecto (Ludovice, 2008, 153-208).

É notório, pelo contrário, o exercício e a propriedade de cargos burocráticos na administração régia, facilitados pela filiação e pela outorga precoce do Hábito de Cristo, em 1753³: José Joaquim foi almoxarife do Hospital Real de São João Deus de Lisboa (Ludovice, 2008, 194); em 1762 já exercitava o lugar de praticante supranumerário da Contadoria Geral de Guerra, por provimento da Junta dos Três Estados de 20 de Dezembro de 1753, cargo que tinha sido dos irmãos, João Pedro

e Caetano⁴; em 1777 era-lhe prometido o ofício de escrivão dos Feitos da Fazenda, após a morte do proprietário, João Baptista Pimentel⁵. Não sabemos quando o alcançou, pois a carta que o nomeia alguns anos mais tarde, de 7 de Fevereiro de 1797⁶, pode bem ser uma confirmação de um privilégio anteriormente outorgado. De qualquer modo, um alvará régio de 1800 autorizava-o já a poder nomear um serventuário⁷. Casado e morador então na Rua de São Boaventura, José Joaquim requeria em 1778 a legitimação de uma filha, Ana Maria, «de idade de cinco para seis annos», que mandara baptizar e criar, graça que lhe haveria de ser concedida em 1780⁸.

Se bem que a arquitectura não tivesse passado, em princípio, de inclinação diletante e episódica, a realização do risco para os padres filipinos, o seu único projecto de fôlego conhecido, pressupunha uma formação básica na disciplina, o que, no caso, com toda a probabilidade, se deve ter cingido a uma iniciação convivial com o pai e com o irmão, imaginamos que acompanhando as lições formais de João Pedro ou compulsando a rica biblioteca do architecto-mor, onde se guardavam os textos canónicos da tratadística clássica⁹; a abundante *marginalia* de uma dessas obras, recentemente identificada, com minuciosas anotações autógrafas, crê-se que do punho do próprio João Frederico, sugere um contínuo trabalho sobre as fontes mas, igualmente, uma provável utilização manualística na academia familiar¹⁰.

Os quatro desenhos a tinta-da-china e aguada, provenientes, como já se disse, do espólio do architecto José Maria Nepomuceno¹¹, e que agora publicamente se revelam, confirmam a tradição memorialística e atributiva, ao mesmo tempo que mostram o resultado da encomenda dos padres do Oratório, que não tiveram oportunidade de ver o conjunto concluído. Uma sucessão fatal de circunstâncias aziagas deixou o edifício incompleto: por falta do cabedal necessário, da entrada dos franceses em Lisboa e da crise sequente, ou ainda da extinção das Ordens, já em 1834, o que é certo é que não chegou a ser erguida a igreja, ao contrário do corpo conventual, construído de acordo com os planos de José Joaquim Ludovice. Dois destes desenhos, sobre papel, trazem a assinatura, em baixo, à esquerda, do visconde de Vila Nova de Cerveira, com certeza uma firma de conferência do projecto¹² que pode ajudar a situar o *terminus ante quem* do encargo, uma vez que D. Tomás de Lima só em 1789 obteve o privilégio do marquesado. Estas duas peças representam o alçado frontal da igreja e escadaria de acesso (*Prospecto da Igreja do Espírito S.to na travessa de S. Nicolao*), e o alçado lateral, virado a Oeste, do convento e da igreja. Os dois restantes incluem uma planta truncada do conjunto [(*Planta do Conv.to do Espírito S.to pertencente aos R.R.P.P. da Congregação do Oratorio de (...) do Oratorio, Casa dos Actos, Escada principal, e mais officinas, e o pavimento da Igreja sacr(...)*), e quatro cortes lançados na mesma folha (N.º 1 *Que comprehende Portaria, Escada, dormir.o e Cubiculos de Nassente a Poente* N.º 2 *Que comprehende, Caza do Oratorio, Escada, Caza dos Actos de Norte a Sul* N.º 3 *Caza do Oratorio de Nassente a Poente* N.º 4 *Caza dos Actos de Nassente a Poente*). Na Biblioteca Nacional de Portugal conserva-se ainda um parecer autógrafo do architecto José da Costa e Silva (1747–1818) sobre o projecto de José Joaquim

⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José, L.º 17, fl. 14v.º. Segundo Cyrilo, Caetano, este também com «grande engenho para a Arte», morrera muito jovem, com 27 ou 28 anos (Machado, op. cit., p. 177 e 178).

⁵ ANTT, Chancelaria de D. Maria I (Próprios), L.º 3, fl. 16, e Registo Geral de Mercês de D. Maria I, L.º 1, fl. 105.

⁶ ANTT, Chancelaria de D. Maria I (Próprios), L.º 55, fl. 81.

⁷ Idem, L.º 64, fl. 61.

⁸ ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Próprios, L.º 7, fl. 171, Carta de 10 de Agosto de 1780. É possível a existência de outra filha ainda, Josefa Maria (Ludovice, *idem*, p. 194).

⁹ Sobre a composição da biblioteca de João Frederico Ludovice vd. Bonifácio. 59–62 e 297–301 (doc. 1). Pela sua dimensão e qualidade, a biblioteca dos Ludovice avantajava-se às de outras de architectos seus contemporâneos, caso das de Eugénio dos Santos (Bonifácio, op. cit., e Oliveira.. 213 e segs.), Caetano Tomás (Bonifácio, *idem*, p. 86 e segs. e 303–306), depois passada a seu filho Manuel Caetano de Sousa (Campos. 2014), de Rodrigo Franco (Bonifácio, *idem*, 307–310) ou de Mateus Vicente de Oliveira (Queiroz, Mónica Ribeiro de. 2013. *O architecto Mateus Vicente de Oliveira (1707–1785). Uma praxis original na arquitectura portuguesa setecentista*, Tese de Doutoramento em Belas Artes – Especialidade de Ciências da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, p. 44–50).

¹⁰ Trata-se da obra de Carlo Fontana sobre São Pedro do Vaticano, *Il Tempio Vaticano*, editada em Roma em 1694; vd. Teixeira. 2013. 118–119.

¹¹ A biblioteca do architecto Nepomuceno foi à praça em 1897. Dela faziam parte outros documentos provenientes do Espírito Santo da Pedreira, como um conjunto de cartas do Pe. Bartolomeu do Quental, hoje conservadas na Biblioteca Nacional de Portugal. Vd. Trindade. 1897.

¹² D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, visconde de Vila Nova de Cerveira, depois 1.º marquês de Ponte de Lima, era, à época, presidente do Conselho da Fazenda, da Real Junta do Comércio e inspetor das Obras Públicas, três cargos que justificavam o seu envolvimento na apreciação do projecto de Ludovice.

¹³ *Parecer de José da Costa Silva sobre os desenhos feitos para a grande obra da Casa e Igreja do Espírito Santo dos Muito RR.PP. do Oratório de S. Filipe Neri*, BNP, Secção de Reservados, cod. 8523. Este alvitre de Costa e Silva foi apresentado e discutido em Gomes. 2004. 133.

¹⁴ *Relação das Solemnes Exequias, Dedicadas Em 25, 26 de Setembro do anno de 1750. Pelos Padres da Congregaçam de S. Filippe Neri de Lisboa À Defunta Magestade do Fidelissimo Rey de Portugal D. João V*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1751, p. 6.

¹⁵ Coutinho. 2007. 149-158. Em 1688, também, dava-se à estampa em Lisboa uma *Relaçam dos Prodigios Obrados pelo Glorioso S. Felipe Neri...*, na Officina de Domingos Carneyro, com o mesmo objectivo de divulgação da memória do santo fundador da Ordem.

¹⁶ ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, L.º s 1 (*Relação das Capellas desta Casa do Espirito Sancto da Congregaçam do Oratorio*, e 2 (*Livro das Contas das Capellas*). Por outro lado, as doações privadas não foram poucas. Entre alguns outros registem-se dois exemplos: em 1690, o desejo de um desafogado ourives do ouro, Simão Gomes de Mercado, de ser inumado, «sem pompa nem ostentação», no carneiro da capela de Jesus, Maria e José da igreja do Espírito Santo, capela mandada fazer à sua custa (Simões, 2002. 51 e segs.); em 1705, o legado pio de Francisco Lopes, companheiro de profissão, da avultada quantia de duzentos mil réis, destinados às obras do convento.

¹⁷ ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, L.º 3, fl. 101.

Ludovice, que fazia naturalmente parte deste conjunto documental mas que foi desmembrado e vendido na hasta pública da livraria do arquitecto Nepomuceno, já assinalado e discutido por Paulo Varela Gomes¹³.

É pouco o que se sabe sobre o Espírito Santo da Pedreira anteriormente a 1755. Já antes de 1279 ali existiria uma capela, depois agregada a um hospício, que os oratorianos reconverteram após a doação do conjunto, em 1671, para acudir à vocação pedagógica do seu ministério. Instalados primeiro no Convento da Boa-Hora, começaram a ocupar o novo edifício poucos anos depois, já que em 1674 se assistiu à trasladação do Santíssimo para a igreja. Em todos os lances da história desta reinstalação esteve presente a figura incontornável do pregador Pe. Bartolomeu do Quental.

O templo apresentava então uma planta de três naves e cinco tramos mas a fachada era de «Architectura Gotica com dous grandes pilares de pedra lavrada terminados por hum frontispício com huma cruz no meyo», e a porta principal «em arco com varias columnas estreitas que o sustentão¹⁴. O gosto da época pelas decorações architectónicas de mármore coloridos e de marmoreados fingidos impunha-se no tratamento do interior, documentado pelo menos na capela lateral de São Francisco de Sales, encomenda da rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, e no arco da capela-mor, contratado em 1688 pelo padre Bartolomeu do Quental, no exacto ano em que os congregados trabalhavam em simultâneo na construção e divulgação da memória piedosa do santo fundador, escassamente popular em Portugal.¹⁵

Além da rainha saboiana, foi D. João V o outro patrono que mereceu a boa lembrança dos Neris; eram estes, na verdade, os únicos soberanos por quem se diziam missas quotidianas no convento, prática que se manteve até à extinção.¹⁶ O rei foi especialmente pródigo com a comunidade, desempenhando-a das suas dívidas no valor de cem mil cruzados¹⁷ e dotando-a, em 1742, com uma esmola anual de três mil e seiscentos réis, mercê que logo após a morte do pai, D. José haveria de confirmar¹⁸. Mecenas régio ou iniciativa dos padres, o que é certo é que foram muitas as obras nos congregados ao longo da 1.ª metade do século XVIII, incluindo também a qualificação e regularização da envolvente, com preocupações de ornato urbano. Em 1729, o «padre preposito e mais padres da congregação do Oratorio» pediam ao rei a expropriação de seis casas contíguas entre a Rua Nova do Almada e o Chiado, porque não só queriam «levar a parede direita» na obra começada no convento como «deixarem um largo no Chiado», para aonde deveria vir a deitar a frontaria na empreitada em curso (Oliveira, 1903, 269). Em 1753, foi a ruína de uma das paredes do convento, um transtorno para o trânsito numa ligação viária importante da cidade, que levou ao alargamento da Rua Nova do Almada e de parte da Rua do Chiado, processo em que aparecia envolvido o engenheiro Eugénio dos Santos¹⁹. Deve-se talvez a esta circunstância o lançamento definitivo dos arruamentos que terá prevalecido mesmo após a reconstrução pombalina, com o alinhamento da frontaria da portaria conventual a eixo da rua do Chiado, na zona intermédia de ligação à zona baixa da cidade através da actual Rua do Carmo e da Rua Nova do Almada.

A história do conjunto monástico do Espírito Santo da Pedreira de Lisboa após a monstruosa destruição do terramoto confirma a inesperada intuição de Paulo Varela Gomes sobre o ciclo arquitectónico mariano: «de cerca de 1770 a 1800, o país foi tomado por uma espécie de frenesim da construção» (Gomes, 2004, 27-28). No caso dos oratorianos essa febre passou certamente pela recomposição da estrutura administrativa da Congregação e pela recuperação das fontes tradicionais de financiamento, fossem as benesses da Coroa²⁰, as esmolas e os legados dos fiéis²¹ ou as rendas e imposições amealhadas nas suas propriedades urbanas e rurais²². Em 1760 os padres já podiam contar com a prodigalidade de quatro arrobas de cera e de cinco cântaros de azeite ao ano²³ e, em 1768, recebiam três padrões de juro na alfândega de Lisboa no valor total de 115 mil réis. A tudo havia de acrescer a dotação anual imposta por D. João V e confirmada por D. José, como vimos. Até ao final do século lograram comprar outros padrões de juro²⁴ e com certeza usufruíram de atenções suplementares, ao mesmo tempo que introduziam alguma racionalidade na gestão das rendas percebidas do seu património fundiário²⁵. A este comprovado desafogo não podem também ser estranhos os vínculos da Congregação à burguesia mercantil pós-pombalina, que controlava a Irmandade do Espírito Santo da Pedreira, sita na igreja. Em 1781, desolada pela decadência a que chegara, a própria Junta do Comércio mendigava a protecção régia, ao mesmo tempo que pedia que a administração da Irmandade corresse continuamente, ou seja, *in perpetuum*, pelos seus membros, nela se podendo admitir os homens de negócios e mercadores das *Cinco Corporações*²⁶.

Obrigados a procurar refúgio no Convento das Necessidades após o Terramoto, coincidiu talvez com o seu regresso ao Chiado o início das obras de reconstrução, como vimos, em data próxima de 1789. Foi para esta ambiciosa campanha, que não viria a ser terminada, que foi chamado José Joaquim Ludovice. Não é difícil perceber as razões desta contratação. Não foram com certeza os seus dotes projectuais de arquitecto, afinal sem créditos firmados, que lhe proporcionaram a encomenda da nova casa dos filipinos. Parece ter existido, isso sim, no âmbito familiar, alguma simpatia pela piedade “moderna” dos oratorianos e uma relação estreita com a Congregação. O patriarca, João Frederico, possuía na sua biblioteca uma *Vida do Veneravel Padre Bartolomeo de Quental*; um dos filhos, homónimo, professou na Ordem, dotado pelos pais, em 1743 ou 1744²⁷, ali deixando saudosa lembrança²⁸; e dois tios cognatos de José Joaquim, Dionísio²⁹ e Diogo Verney³⁰, foram também membros destacados da comunidade, sobretudo este último, que aparece amiúde na documentação administrativa do convento com responsabilidades, entre outras, numa campanha de obras de umas casas de que os padres eram proprietários na Rua Áurea³¹.

Os trabalhos arrastaram-se, determinando a instalação, que se queria provisória, da igreja na portaria³². Prédios vizinhos foram absorvidos para a expansão dos dormitórios e demais dependências³³, mas a documentação remanescente do cartório apenas refere as campanhas decorativas de 1796 a 1798: estuques e pinturas da sacristia³⁴; a balaustrada para a varanda da igreja³⁵; novos confessionários³⁶; or-

¹⁸ ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, Maço 7, Cx. 9. Cópia de 1807 do decreto de D. José lavrado em 1750.

¹⁹ Carreira. 2014. 27 e 28 (edição on-line em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/cadernos/num1/artigo.01.pdf>). A importância da Rua Nova do Almada já antes determinara obras apreciáveis de regularização: em 1728, a Câmara pedia ao rei apoio para a empreitada de alargamento da Rua dos Douradores, lembrando a mesma mercê feita em 1666 para o daquela artéria confinante do convento (Oliveira. 1903: pp. 191-193). Em 1798 ainda se pagava uma compensação ao Hospital Real de Todos-os-Santos pelas casas demolidas nesta obra de 1753 (ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, L.º 7, fl. 42).

²⁰ Os privilégios concedidos à Ordem foram confirmados por provisão régia de 4 de Agosto de 1787 – ANTT, *Chancelaria de D. Maria I, Comuns*, L.º 28, fl. 254.

²¹ Em 1782, por exemplo, recebiam de Bartolomeu Correia a doação de 4 mil cruzados, ANTT, *idem*, L.º 84, fl. 289.

²² Devem ter sido razoavelmente interessantes os aforamentos de parcelas de terrenos ao Rato, quem sabe se valorizados pela sua situação nas novas zonas de expansão da cidade.

²³ ANTT, *Chancelaria de D. José. Doações, ofícios, mercês e privilégios*, L.º 3, fl. 350.

²⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Maria, Comuns*, L.º 18, fl. 80v.º. Em 1791 alcançavam licença para desfrutarem de novo padrão de quatro mil cruzados (ANTT, *Chancelaria de D. Maria I, Comuns*, L.º 37, fl. 91)

²⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Maria I, Comuns*, L.º 31, fl. 170v.º. Carta de confirmação da divisão dos rendimentos feita com os padres das Necessidades, de 6 de Outubro de 1792.

²⁶ Santana, p. 465 e 466. Consulta de 3 de Abril de 1781, deferida a 21 de Maio.



Fig. 2 – Alçado do convento
Prospectos do Convento e Igreja do Espírito S.º
 na calçada do Carmo, topo da rua direita das
 portas de S.ª Caterina, e Rua nova de Almada, da
 travessa de S.ª Justa, te a travessa de S. Nicolao
 535 mm x 835 mm
 Rubricado em baixo, à direita: Visconde de Vila
 Nova de Cerveira
 © Luísa Oliveira

²⁷ “Dote para patrimônio. João Federico (sic) Ludovici e sua mulher a seu filho João Federico da Congregação”, Dezembro de 1743, ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, Caixa 2, L.º 8, fl. 55v.º.

²⁸ Vd. a sua homenagem fúnebre por Vasconcelos, Manuel Macedo Pereira de. 1755. *Elogio de João Frederico, Presbytero Secular da Congregação do Oratorio de S. Filipe Neri da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

namentos de missa cantada, casulas, asperges e pálios; e armações para o Corpo de Deus, para o Lausperene e para as Endoenças³⁷. Não há quaisquer indícios, em todos estes papéis, da intervenção directa de Ludovice, e isto porque ela era feita por interposta pessoa. Muitos dos recibos de despesas com as obras, sobretudo os do ano de 1797, são de facto assinados por António Francisco Rosa, talvez a desempenhar um papel duplo de almoxarife e de responsável técnico, posto que tirocinante³⁸. A menção de Cyrilo ao seu aprendizado com José Joaquim Ludovice fica assim demonstrada e, ao que parece, ele não se terá limitado a um magistério teórico, mas contemplou também formação prática no estaleiro, o que lhe viria com certeza a ser útil, mais tarde, na sua prestação no Palácio da Ajuda.

O lançamento do edifício em planta (Fig. 1) permite destacar os constrangimentos colocados à proposta de Ludovice. Por um lado, houve certamente a obrigação de manter alguns dos trechos construídos deixados incólumes pelo sismo, motivada por questões funcionais e de controlo de custos, e, aliás, expediente comum na reconstrução pombalina da cidade; por outro, a definição ingrata e os limites impostos pelo lote; enfim, a caprichosa topografia do sítio.

O caso das pré-existências levanta questões interessantes. A crer na fidelidade do registo em planta, desenvolvia-se à esquerda da portaria um espaço claustral formando um “rectângulo de cantos cortados” com galeria perimetral

abobadada. Percebe-se que a zona envolvente foi amplamente regularizada, com a repetição modular das celas no troço norte e dos cubículos no tardo, e o desenvolvimento ordenado de duas grandes divisões a Nascente (refeitório que vem do piso inferior, com duplo pé direito), mas as áreas interiores, onde se dispõe o claustro, convivem mal com esta arrumação, sacrificadas pelo estreitamento do lote, em cunha. Paredes e estruturas portantes mais grossas, acessos improvisados, espaços mal acomodados e de desenho irregular explicam-se com facilidade pela necessidade de integração, na nova construção, de elementos originais remanescentes.

Acima de tudo, a sobrevivência de um claustro com aquelas características morfológicas é surpreendente. Tem sido uma constante da historiografia da arquitectura portuguesa, em anos recentes, a reflexão sobre a utilização reiterada, em edifícios religiosos da segunda metade do séc. XVII e primeiras décadas de Setecentos, de plantas centralizadas, especialmente a variante em “polígono de cantos cortados”, rectângulos ou quadrângulos transformados em octógonos através do chanframento dos vértices. Paulo Varela Gomes, em inúmeros trabalhos, chamou a atenção para a consistência do fenómeno que, a seu ver, radicaria no conhecimento precoce da obra do Pe. Guarino Guarini (1624-1683), cujos contactos com Lisboa foram assíduos por conta da encomenda de um projecto seu destinado à Igreja da Divina Providência, de padres teatinos, jamais construída (Gomes,[2006]:516-523)³⁹. A “moda”, como lhe chama, das igrejas de “cantos cortados” amadureceu assim no ambiente da corte, em torno da figura tutelar de João Antunes e dos arquitectos régios que o acompanhavam, e chegou a ter repercussões no Brasil, onde foram construídos os exemplares mais tardios⁴⁰.

A divulgação daquele modelo foi ainda mais profunda do que se poderia imaginar. Ele não se cingiu apenas à planimetria eclesial mas deve ter informado também o desenho de claustros, como se pôde recentemente comprovar no convento de Santo Elói de Lisboa, cuja igreja apresentava aliás uma planta afim, de João Antunes, a primeira deste género construída entre nós a grande escala⁴¹. O claustro de ângulos chanfrados dos lóios não constituiu afinal caso único. Acompanhava-o, em Lisboa, este outro do Espírito Santo da Pedreira, a acreditar no levantamento de José Joaquim Ludovice⁴².

Além da obrigação de incorporar as preexistências e de obedecer às limitações do lote disponível, estas determinando o estreitamento acentuado do corpo Oeste das celas fradescas, as características do terreno de implantação criaram dificuldades adicionais ao arquitecto. Não sabemos até que ponto foi respeitada a disposição orgânica anterior ao Terramoto, mas foi necessário em todo o caso resolver os problemas das cotas desencontradas. O mais certo, todavia, foi ter José Joaquim Ludovice retomado a disposição dos dois corpos laterais a enquadrar a portaria, até para aproveitar as fundações já existentes.

O alçado deste trecho que agora se publica (Fig. 4), é bom exemplo de debilidades de invenção e de desenho, mas não deixa de ser esclarecedor quanto ao gosto dominante, pelos vistos comum a encomendantes e arquitecto. Os vãos

²⁹ Dionísio Verney aparece citado em documento de 1720 (ANTT, *Idem*, fl. 27v.^o).

³⁰ Diogo Verney foi dotado pela mãe no final do ano de 1735 (*Idem*, fl. 55v.^o).

³¹ Em 1781 como vendedor de um padrão de juro de 32 mil réis (ANTT, Chancelaria de D. Maria I, Comuns, L.^o 18, fl. 80v.^o); em 1786 como administrador dos bens de testamentaria do Pe. Henrique Correia (ANTT, *Congregação do Oratório de Lisboa, Casa do Espírito Santo*, Caixa 1, Maço 14, n.^o 40).

³² ANTT, *Congregação do Oratório de Lisboa*, Caixa 1, Maço 14, n.^o 207, Recibo de 320 mil réis referentes à balastrada mandada fazer para a varanda da portaria onde é «hoje a igreja», 20 de Agosto de 1797. Cfr. o testemunho de Pereira. 1927. 123 – “O dezenho do novo edificio não tivemos o gosto de ver; afirma pessoa que o vira (...) que o seu alçado era sumptuozoso, e com frente para o Pote das Almas, e que a Igreja actual hera a sua portaria mor”.

³³ ANTT, *Congregação do Oratório de Lisboa*, L.^o 7, fl. 42. Por estes prédios pagava-se ainda em finais do século XVIII um censo ao Hospital Real de Todos-os-Santos.

³⁴ ANTT, *idem*, Maço 14, n.^o 132.

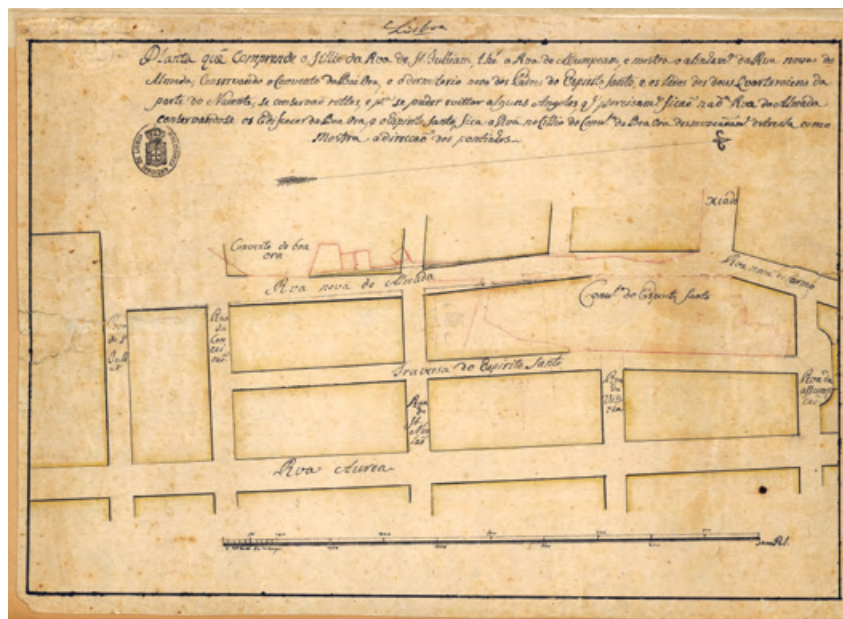
³⁵ ANTT, *Congregação do Oratório de Lisboa, Casa do Espírito Santo*, Caixa 1, Maço 14, n.^o 207.

³⁶ *Idem*, Maço 14, n.^o 211.

³⁷ *Idem*, Maço 14, nos. 215 a 223. Sintoma da riqueza atribuída ao interior conventual era porventura a presunção da existência de um quadro de Luca Giordano exposto sobre os arcazes da sacristia, referida num autos de recolha de obras-de-arte e livros após a extinção dos conventos em 1834. Vd. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes (IV). Documentos*. 1939. 107.

³⁸ Nomeadamente os documentos relativos à despesa com confessionários para a igreja e de vidros da bandeira para a porta também da igreja,

Fig. 3 – Planta que compreende o sítio da Rua de St Julliam thê Rua de Assumpcam, e mostra o alinham.o da Rua nova do Almada, conservando o Convento da Boa Ora, e o dormitorio novo dos Padres do Espirito Santo.... BNP, d-361 v
© Biblioteca Nacional de Portugal



entre outros (ANTT, *Congregação do Oratório*, Caixa 1, Maço 14, n.º 213).

³⁹ Por todos, cfr. Gomes. [2006].....

⁴⁰ Também a tipologia retabular do desaparecido altar-mor – de mármore e com colunas torsas – assim como o uso extensivo dos marmoreados fingidos (cfr. BNP, Cod. 429, fls. 77 a 79) reconduzem a obra da igreja ao âmbito dos trabalhos de João Antunes. Sobre este assunto vd. Caetano e Silva. 1993. 151-171.

⁴¹ Soromenho, Miguel. “O arquitecto João Antunes no Convento de Santo Elói de Lisboa. Uma carta e alguns desenhos”, no prelo.

⁴² Sendo matéria excêntrica em relação aos objectivos deste artigo, não cabe aqui aprofundar esta questão. Uma assinalável coincidência não pode no entanto deixar de ser referida. Em 1689 ingressou como noviço nos nêris do Chiado, Manuel Pereira (†1749), depois transferido para os oratorianos de Estremoz, e que viria a desenvolver ampla actividade como arquitecto (Jacquinet. 2013. 14-19). Sabe-se que esteve envolvido, por exemplo, no projecto do convento joanino do Lourical, para aonde desenhou uma igreja em rectângulo de “cantos cortados”.

laterais da portaria, com remate de cornija, apresentam uma molduração ainda com requebros de linhas, mais evidentes nos aventais. À direita (do observador) um portal de frontão curvo e composição algo arcaizante⁴³ continua idêntica toada barroquizante, que no entanto se dissolve no corpo da portaria, formada por dois pisos, entrada porticada com tratamento murário em cantaria de junta fendida, janelas de sacada no piso nobre e platibanda coroada por pináculos. Acima do terraço lança-se uma pequena cúpula, de tambor muito esguio cercado por passadiço a toda a roda, para observações astronómicas. Os corpos laterais, sem elementos de articulação vertical, são por sua vez enquadrados por volumes torreados, também sobrepujados por cúpulas e embasamento em cantaria de junta fendida.

Foi todavia na definição do corpo da igreja que se concentrou o empenho projectual do arquitecto. De alçados muito adjectivados e perfil destacado pelo volume sobressaído da cúpula, a frontaria retoma partidos tradicionais que remontam aos das basílicas de Mafra e da Estrela, mas a que não faltam referências a S. Vicente de Fora, sobretudo no desenho do pórtico tripartido de acesso, deitando provavelmente para um nártex, e no comprimento aparente da capela-mor, quem sabe para instalação de um retro-coro. São também idênticas a Mafra e à Estrela a organização em dois pisos com torres laterais, coroados por frontão triangular, e a abertura de nichos para figuração escultórica. Os tramos da igreja são exteriormente marcados por pilastras muito salientes, de acentuado efeito dramático, a enquadrar janelas termas. No topo do transepto, de frontão triangular, repete-se o motivo clássico da janela termal, e, na base, de novo o tratamento em cantaria de junta fendida. Em todos os frisos do andar nobre aparece insculpida uma pomba de asas abertas, em clara referência à invocação do templo.

O gosto por um barroco classicizado e de raiz autóctone, que ganha ainda expressão no interior do oratório que servia a devoção privada do convento, é temperado nos desenhos de José Joaquim Ludovice pela assimilação de elementos bebidos da tratadística francesa, que dão à proposta um aparente tom modernizado. É possível ver em certos pormenores, por exemplo, a reciclagem de ideias do famoso *Cours d'Architecture* de Auguste-Charles d'Aviler, o qual, embora publicado em 1691, servia de base a um certo retorno à ordem, num processo que levaria depois a uma ortodoxia mais estrita, prescrito nas obras de Charles-Étienne Briseux (1743) e de Jacques-François Blondel (1777). A influência das estampas de d'Aviler é grande, o que não se estranha. O próprio João Frederico, que possuía o livro, aplicara já ideias do arquitecto francês no desenho das cúpulas laterais de Mafra, a chamada *comble à l'impériale*, e no perfil das suas lucarnas, bem como Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, num diferente contexto epocal, voltaram a recorrer ao *Cours d'Architecture*, daí advindo a matriz dos telhados de quatro águas, atribuídos localmente ao engenho de Mardel e a uma suposta influência do barroco centro-europeu⁴⁴.

É igualmente a d'Aviler que Ludovice filho vai buscar o feitiço das cúpulas laterais do convento do Espírito Santo (Fig. 2), a *comble en dôme*, e as guarnições das grandes janelas da fachada da igreja, e é ainda na tradição francesa que se inspira para compor as superfícies murárias. José da Costa e Silva, homem de outra formação, entrevistou justamente no projecto de José Joaquim as concessões simultâneas a este gosto francês – desqualifica as janelas do corpo da frontaria como *francezias* – e a uma persistente tradição barroca, que condena: se houvesse de mudar alguma coisa na fachada da igreja seriam os ornatos, «porque vejo que eles não são daquele gosto que presentemente todos decantam por melhor». Reconhecia o arquitecto que sendo eles «certamente dos melhores, e que se estão vendo em tantas obras desta cidade [de Lisboa]», na verdade «não eram daquele bom gosto antigo e grego, tão estimado presentemente em Itália e em outras partes da Europa»⁴⁵.

Vale a pena imaginar o impacto da fachada desta Igreja caso tivesse sido erguida. Ter-se-ia criado um ponto tónico de forte imaginabilidade (Lynch, 1982), perceptível desde S. Julião, atraindo o olhar e a atenção dos passantes para a retórica barroca da arquitectura religiosa que ali se manteria fiel às memórias de Mafra e da Estrela, esta acabada de edificar. Indiferentes ao laicismo da implantação das igrejas paroquiais edificadas de novo após o terramoto, que se conformaram ao loteamento do Plano da Reconstrução (Silva, 2004:108-115) e, no mesmo sentido, resistentes à crise crescente das instituições conventuais, os Padres Neris quiseram construir com grandeza triunfante a sua nova igreja. Para isso, participaram activamente na extraordinária circulação da propriedade determinada pela reconstrução em curso da cidade (Ribeiro dos Santos, 2012). Na «Relação dos Bens que possui a Caza do Espírito Santo da Congregação do Oratório de Lisboa», não datada mas que será da década de 1790, quando os arruamentos na envolvência do Chiado começam a ser caseados, refere-se não só o rendimento apreciável das «cazas e lojas», «por baixo do Convento velho», como se descreve a origem dos novos lotes sobre a Rua Nova do Carmo, integrados no Convento reconstruído, na sequência de trocas efectuadas

Apesar do seu exílio alentejano, continuou a responder a encomendas de obras em Lisboa, como a do palácio dos marqueses de Olhão, entre 1717 e 1724 (Arruda, 1991. 151-161).

⁴³ Esta entrada servia talvez à zona de colégio, com acessos e circulação interna autónomos. É a zona truncada na planta deste conjunto.

⁴⁴ A importância da tratadística francesa para a arquitectura portuguesa do século XVIII só agora foi dado o merecido relevo. Cfr. Duarte, 2004. 76-87.

⁴⁵ Vd. nota (13). De resto, as observações de Costa e Silva são, na sua maioria, relativas a questões técnicas e funcionais.

⁴⁶ ANTT, Congregação do Oratório de Lisboa, Maço 12.

sobre diversos «chãos incendiados» e se menciona «Hum terreno q se arrematou á Inspeção no lado do Nascente da mesma rua nova do Carmo ate á rua Aurea entre a travessa de Sta Justa e Assumpção para haver districto sufficiente para as (ilegível) e outras officinas do Conv.to»⁴⁶. Neste importante documento refere-se também «Hum terreno na rua nova do Almada em que se hade edificar a Igreja do novo Conv.to do Esp.to S.to que se lhe adjudicou por transmutação dos chãos das Propriedades da Porto da Afofa q estavam vinculadas nas Cap.as dos P.dres Ignacio Ferreira e Diogo Curado (...)». Da documentação que foi possível consultar, esta será a única referência explícita à decisão de construção da nova igreja, no entanto sem nunca mencionar o projecto já existente.



Fig. 4 – Alçado da igreja
 Prospecto da Igreja do Espirito S.to na travessa
 de S. Nicolao
 475 mm × 345 mm
 Rubricado em baixo, à direita: Visconde de Vila
 Nova de Cerveira
 © Luísa Oliveira

A assinalável capacidade de participar e beneficiar da profunda reorganização da propriedade urbana, no centro da cidade em reconstrução, confirma as celebradas qualidades organizativas dos Oratorianos. Permite também verificar a plasticidade do Plano, delineado por Manuel da Maia que, sem deixar de ser impositivo, contemplava constantes readequações, permitindo salvaguardar os interesses dos proprietários e as suas expectativas de investimento e desenvolvimento (Ribeiro dos Santos, 2012,77). Assim se explica a permanência do corpo antigo do Convento que determinou a adaptação dos arruamentos, bem visível, por exemplo, no súbito limite norte da Rua do Crucifixo e na idêntica interrupção das ruas da Vitória e da Assunção. Uma planta arquivada na Biblioteca Nacional de Portugal, não assinada e não datada mas que inquestionavelmente é desta época (Fig. 3), confirma que os conventos da Rua Nova do Almada (tanto o dos Neris, como o da Boa Hora) foram considerados no redesenho dos arruamentos, tendo em vista a sua normalização geométrica e alargamento.

A energia possidente e construtiva dos Oratorianos vinha detrás, como mencionado no início deste texto, e contou sempre com o apoio mecenático de D. João V. Manifestava-se também no relacionamento mutuamente interessado com a burguesia mercantil, administrativa e intelectual a que pertenciam as figuras gradadas das Obras Públicas de Lisboa. A este propósito, vale a pena reparar no Plano n.º 6 desenvolvido sob direcção de Elias Sebastião Poppe, a pedido, como se sabe, de Manuel da Maia que integrou o que Walter Rossa designa por « plano-piloto desenvolvido entre 4 de Dezembro de 1755 e 12 de Junho de 1758 para a Baixa-Chiado» (Rossa, 2004:24). Segundo o mesmo historiador a *Planta n.º 6* consiste numa solução excessivamente radical, «sem attender á conservação dos sítios antigos» (Rossa, 2004: 27). O que nela interessa aqui destacar é a presença intocada do velho convento dos Neris e da sua igreja, intocada também, encaixada no ângulo entre um novo arruamento (sensivelmente a futura Rua da Vitória) e a Rua nova do Almada; nesse gaveto, embora descentrando a Igreja, abriam-se duas ruas radiais que, parecendo ignorar o acentuado declive, subiam em direcção a S. Francisco. Esta curiosa proposta cenográfica não viria a ser concretizada, ao contrário da claramente desenhada Calçada de S. Francisco que, deste plano, transitaria para o projecto definitivo e constitui uma das artérias mais ousadas da Reconstrução⁴⁷. Sem se pretender sugerir influências directas dos interesses dos Neris sobre a equipa de projecto, pode-se, sem dúvida, concluir que o Convento continuava a ser uma casa prestigiada, articuladora de circuitos, e uma imagem estabilizada que integrava as memórias e os gestos projectuais dos arquitectos, antes e depois do Terramoto.

Outra reflexão abre o projecto de José Joaquim Ludovice, relacionada com o campo que José-Augusto França definiu como arquitectura pombalina. De facto, esta designação só pode aplicar-se ao modelo predial definido para os novos arruamentos, incluindo a Praça do Rossio, e à Praça do Comércio que constitui a sua manifestação magna. No entanto, no que se pode designar por um segundo ciclo da Reconstrução, ocupando o reinado de D. Maria I até à partida da família real para o Brasil,

⁴⁷ Ribeiro dos Santos, op. cit., p. 97 e seguintes, retomando a reflexão de Irisalva Moita e aprofundando a análise da documentação, apresenta uma interpretação inovadora da importância deste “Plano n.º 6”, admitindo que ele possa ser afinal o desaparecido “Plano n.º 5” que fora distribuído a Eugénio dos Santos.



Fig. 5 – Cortes

Profis

N.º 1.º Que compreheende Portaria, Escada,
dormitório e Cubiculos de Nassente a Poente

N.º 2.º Que compreheende, Caza do Oratorio,
Escada, Caza dos Actos de Norte a Sul

N.º 3.º Caza do Oratorio de Nassente a Poente

N.º 4.º Caza dos Actos de Nassente a Poente

405 mm x 620 mm

© Luísa Oliveira

os modelos prediais foram sofrendo alterações significativas, quer em termos da cêrcea e da disposição interna, quer, com significativo impacto urbano, ao nível da variabilidade da composição arquitectónica das fachadas (Silva, 1998:60). Quanto à arquitectura religiosa, nunca essa unidade existiu, dependendo as opções estilísticas fundamentalmente da vontade e das opções dos encomendantes e arquitectos. Assim, Reinaldo Manuel projectou os Mártires, S. Nicolau e possivelmente S. Julião de acordo com o classicismo desornamentado da sua arquitectura civil, continuadora do espírito de Eugénio dos Santos, e influenciou outros arquitectos, como Remígio Francisco Abreu, na Igreja do Sacramento. No entanto, como não considerar que as Mercês de Joaquim de Oliveira, Santo António de Mateus Vicente ou a Encarnação de Manuel Caetano de Sousa são também obras da Reconstrução apesar do seu teor barroquizante e rococó? (Silva, 1998:110).

Se tivesse sido edificada, o projecto de José Joaquim Ludovice enriqueceria este último conjunto estético, por onde continuava a afirmar-se o forte impacto das obras régias de Mafra e da Estrela, permitindo concluir que nem Cyrillo tinha razão, ao considerar que as igrejas haviam sido «marcadas com a insípida e uniforme decoração das casas» (Gomes, 1988, 125), mas também não José-Augusto França que, ao pretender traçar uma base sociológica para a Reconstrução de Lisboa, opôs a capital a Queluz, ou seja Pombal a D. Pedro III e a D. Maria I (França, 1977, 261),

esquecendo-se que os arquitectos e as estéticas circularam entre os dois estaleiros e que os próprios arquitectos das Obras Públicas, como Carlos Mardel e mesmo Reinaldo Manuel na Estrela, foram simultaneamente barroquizantes e “pombalinos”. De tal modo assim era que o projecto, encomendado pelos Neris para a reconstrução e engrandecimento da sua Igreja do Chiado, mereceria a concordância de todos e teria sido considerado um enriquecimento da própria imagem da cidade, num dos seus sítios em que o velho (a massa do corpo conventual) e o novo (a fluidez da articulação da *Baixa* com a *Alta*) particularmente se reforçaram. Mas interessa manter presente que o desejo retórico de uma Igreja barroquizante era apenas um dos lados da questão. O outro, eminentemente pragmático, conduziu o sentido projectual da obra do convento, ancorado no reaproveitamento das pré-existências e na máxima rentabilização do vastíssimo e alargado lugar de implantação, cujos declives foram operacionalizados para o estabelecimento de lojas de aluguer, seguindo a doutrina utilitária e moderna da arquitectura predial.

Quanto ao referido *Parecer* de Costa e Silva, já se salientou que ele foi eminentemente técnico e funcional, embora não se dispensasse de opor o gosto antigo ao novo gosto de que ele se considerava o arauto em Lisboa. Mas convém não esquecer que, se em relação ao projecto da Igreja dos Neris, ele critica os ornatos afrancesados, na Praça do Comércio de Eugénio dos Santos, criticou, noutro *Parecer*, pelos mesmos anos do início da década de 1790, «as arcarias estreitas, baixas e miseráveis» e «a monotonia que reyna em todos estes edificios, e em todas as partes delles, contraria aos preceitos do bom gosto»⁴⁸, manifestando assim uma distância sobranceira em relação às diversas variantes estilísticas da arquitectura do tempo, o que significava reivindicar uma superioridade estética, veiculada ao seu entendimento do neo-classicismo. Paradoxalmente, tal entendimento não lhe permitiu entender a grandeza e a modernidade do desenho urbano da Lisboa reconstruída que, por mérito dos arquitectos-engenheiros que tanto desprezava, se situava na vanguarda internacional do tempo europeu.

Como já se disse, apesar da grande capacidade organizativa dos Neris, nunca as obras da nova Igreja se iniciaram. Definitivamente, foi a Portaria, axializada em relação ao novo desenho urbano, que se tornou a imagem do Convento do Espírito Santo pós-terramoto, reconvertida em igreja sem especial grandeza. Quando, quarenta anos depois, a legislação de 1834 determinou a imediata extinção das Ordens religiosas masculinas⁴⁹, o profícuo enriquecimento dos Neris, que foi marca da sua actuação depois do Terramoto, irá reverter em prol da Fazenda Pública. Segundo as listas publicadas no *Diário do Governo*, «o edificio do Convento e suas pertenças (compreendendo a Igreja que vai ser secularizada) subdividido em dez divisões, com serventias independentes»⁵⁰ foi à praça pelo valor global de 13 250\$000 mas o montante obtido, nas vendas que integralmente se concretizaram, atingiu 74 280\$000, uma valorização extraordinária, quando comparada com a de outros conventos do centro de Lisboa (Silva, 1998, 252-259). Entre as «divisões», a maioria delas referia-se a «terrenos», ocupados com barracas cuja demolição competia aos

⁴⁸ Este importante parecer foi, pela primeira vez, divulgado por Carvalho, op. cit., 123-124 e problematizado em Silva. 1998, op. cit., 165-174. Recentemente, esta documentação voltou a ser publicada por Teixeira. 2012. op. cit., vol. III, 208-210, que referencia a sua cota no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴⁹ A extinção das Ordens Religiosas foi determinada pela Lei de 30 de Maio de 1834. O processo de extinção do Convento do Espírito Santo pode ser consultado, *on line*, através do site da ANTT: AHMF – Congregação do Oratório – Casa do Espírito Santo – Lisboa, cx. 2233

⁵⁰ *Diário do Governo*, n.º 178, 30 de Julho, n.º 220, 17 de Setembro de 1835.

⁵¹ Ver nota 50. As citações seguintes têm a mesma referência.

⁵² ANTT, MR/ASR. Maço 2021: Governos Cíveis e Administrações Gerais, 1835-1843. Ofício do Governador Civil de Lisboa para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 7 de Janeiro de 1836.

ocupantes que as haviam erguido «com a clausula de se lhes não pagarem as bemfeitorias, e entregarem os terrenos livres e desembaraçados»⁵¹. Um desses «terrenos», a «10.^a Divisão», tinha «80 palmos de frente para a rua nova do Almada, 120 para a travessa de S. Nicolau, e 95 para a rua do Crucifixo». Era o lote para a frente da Igreja de José Joaquim Ludovice que justificou este artigo. Avaliado em 1 000\$000, foi arrematado por 7 450\$000! Mantivera-se vago, com ocupação de barracas que pagavam alugueres aos frades, testemunhando o tempo longo da reedificação de Lisboa que, quando o Plano de Manuel da Maia fora aprovado se calculava em cinco anos. Este fora, desde sempre, um prazo incumprível e, só na década de 1790, o Chiado começara de facto a ser caseado, num movimento imparável que abrangeu toda a Rua de Santa Catarina (hoje Rua Garrett), a Rua nova de S. Francisco (hoje Rua Ivens) e o próprio Largo do Chiado. Os frades, que tão ousadamente haviam alargado os seus bens fundiários, não conseguiram então acompanhar a iniciativa burguesa e aristocrata. Depois, da partida da Corte para o Brasil, das invasões francesas e na dramática guerra civil que terminou com a Ordem antiga, nenhuma iniciativa edificatória teria naturalmente sido possível.

A «5.^a divisão» era assim descrita: «o prédio que compreende no centro o corpo da Igreja, com fundo até à rua do Cricifixo, para onde tem de frente 190 palmos, e 13 portas, tendo outros tantos palmos também de frentes para o lado opposto, sendo desta medição parte da rua nova do Almada, e parte na rua nova do Carmo; devendo ser cortado, para regular o alinhamento, o saliente do pórtico da Igreja, segundo se acha designado na mesma planta». Avaliado em 5 000\$000, foi arrematado por Manuel José de Oliveira, Barão de Barcelinhos que pagou 20 100\$000 para instalar o seu palácio na antiga igreja dos Neris.

Cidadão empenhado, que comprou os terrenos onde havia de ser instalado o Jardim da Estrela, o novo proprietário da casa do Espírito Santo pretendeu ceder «as grandes colunas de cantaria pertencentes à fachada da Igreja da suprimida Casa da Congregação do Oratório no Espírito Santo para servirem para o frontespício do novo Teatro Nacional que se projecta fazer»⁵². Não tendo servido para o Teatro D. Maria II, como desejava, é muito possível que tenham sido utilizadas por Pierre Joseph Pezerat na fachada da Escola Politécnica, projectada desde 1850 mas só inaugurada em 1878 (Silva, 1998: 456;478).

Podemos assim encerrar, simbolicamente, um ciclo especialmente dramático da vida de Lisboa e do próprio país. Sobreviventes aos homens e aos seus breves sonhos, tudo leva a crer que as grandes e sóbrias colunas da Portaria dos Neris do Chiado – da igreja improvisada porque não houve meios para erguer a desejada – tenham transitado para a mais nova escola oitocentista, vocacionada para a formação de engenheiros. ●

Bibliografia

ARRUDA, Luísa. 1991. “O Palácio de Xabregas. Do legado de Tristão da Cunha às grandes obras do século XVIII”, in *Claro-Escuro. Revista de Estudos Barrocos*. Lisboa: Quimera. Nos. 6-7, Mai.-Nov.: 151-161.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira. 1990. *Polivalência e Contradição. Tradição seiscentista. O Barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no século XVIII. A segunda geração de arquitectos*, Tese de Doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura-Universidade Técnica de Lisboa.

CAETANO, Joaquim Oliveira e Silva; Nuno Vassallo. 1993. “Breves notas para o estudo do arquitecto João Antunes”, in *Poligrafia*, n.º 2, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão: 151-171.

CAMPOS, Fernanda, “Manuel Caetano de Sousa: os livros do jovem arquitecto”, comunicação apresentada no Seminário *Os Mestres do Rei – a arte no círculo da Corte*, Mafra, 6 de Junho de 2014.

CARVALHO, Ayres de. 1979. *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do Rocaille ao Neoclássico*, Lisboa, s.n.

CARREIRA, Adélia Maria Caldas. 2014. “Evolução urbana de Lisboa antes de 1755: alargamento de ruas”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Janeiro-Junho: 27 e 28 (edição on-line em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/cadernos/num1/artigo.01.pdf>).

COUTINHO, Maria João Pereira. 2007. “Os mármore policromos da desaparecida igreja do Espírito Santo. Um exemplo de mecenato régio no barroco de Lisboa”, in Vale, Teresa Leonor (coord.) – *Lisboa Barroca e o Barroco de Lisboa. Colóquio de História da Arte*. Lisboa. Horizonte: 149-158.

DUARTE, Eduardo. 2004. “De França à Baixa, com passagem por Mafra. As influências francesas na arquitectura civil pombalina”, in *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, Setembro: 76-87.

FRANÇA, José-Augusto. 1977. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 2.ª ed.

GOMES, Paulo Varela. [2006]. “Guarini e il Portogallo”, in *Guarini*, (a cura di Giuseppe Dardanella, Susan Klaiber, Henry A. Millon) Torino, Umberto Allemandi: 515-523.

GOMES, Paulo Varela. 2004. “Jornada pelo Tejo»: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, in *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro: 132-141

GOMES, Paulo Varela. 1988. *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.

JACQUINET, Maria Luísa de Castro. 2013. “Manuel Pereira, C.O., arquitecto”, in *INVENIRE. Revista de Bens Culturais da Igreja*, Lisboa, Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, n.º 7, Jul.-Dez.: 14-19.

LYNCH, David. 1982. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

LUDOVICE, Leopoldo de Drummond. 2008. "Apontamentos genealógicos da família Ludovice", in *Raízes & Memórias*, n.º 25, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, Dezembro.

MACHADO, Cyrilo Volkmar. 1823. *Collecção de Memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos e gravadores portuguezes e dos Estrangeiros que estiverão em Portugal*, Lisboa, Imp. de Victorino Rodrigues da Silva.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. 1903. *Elementos para a História do Município de Lisboa, Elementos para História do Município de Lisboa*, 1.ª Parte, vol. XII, Lisboa, Typographia Universal.

OLIVEIRA, Maria Leonor Ferrão de. 2007. *Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760): Cultura e Prática da Architectura*, 1.º vol., Tese de Doutoramento em História da Arte, FCSH-UNL, Lisboa.

PEREIRA, Luís Gonzaga. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Biblioteca Nacional

RECORDAÇÕES de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810, 2.ª ed, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

SANTANA, Francisco. [1976] *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa. I (1755-1804)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

RIBEIRO dos Santos, Maria Helena. 2012. *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII*. Tesis doctoral, Universitat Politècnica de Catalunya, Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Barcelona.

ROSSA, Walter. 2004. "Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado" in *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, Setembro.

SILVA, Raquel Henriques da. 2004. "Arquitectura religiosa pombalina" in *Monumentos*. Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 21, Lisboa, Setembro: 108-115.

SILVA, Raquel Henriques da. 1998. *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade nova de Lisboa.

SIMÕES, João Miguel Antunes Ferreira. 2002. *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II: ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*, vol. II, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa FLUL.

SOUSA Viterbo. [1988]. *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, ed. facsimilada da edição de 1904.

TEIXEIRA, José Monterroso. 2013. - *A Encomenda Prodigiosa. Da Patriarcal à Capela Real de São João Batista*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

TEIXEIRA, José Monterroso. 2012. *José da Costa e Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem do discurso e a prática arquitetónica*, Tese de Doutoramento em História, Universidade Autónoma de Lisboa.

TRINDADE, Luiz. 1897. *Catálogo da Livraria de José Maria Nepomuceno*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva.